

Série Investigação

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2011

JORGE PAIS DE SOUSA

O FASCISMO CATEDRÁTICO DE SALAZAR

O FASCISMO CATEDRÁTICO DE SALAZAR

JORGE PAIS DE SOUSA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

I
U



U

C

I
U

A investigação incide sobre um período particularmente fecundo da historiografia portuguesa acerca do regime que dominou quase inteiramente a sua história do século XX. Num quadro de atenta reconstrução da vida política nacional, em cujo âmbito se tem vindo progressivamente a consolidar a afirmação de Salazar e do seu regime político, é de maneira convincente que o autor estabelece uma relação entre a afirmação do fascismo, em Portugal, e as rupturas epocais produzidas pela Grande Guerra, apesar da escolha de neutralidade feita pelas suas elites políticas. Não é, de facto, por acaso, que a elaboração teórica do futuro ditador, que o levou a assumir um papel significativo na cena política, decorreu dos seus estudos sobre a economia de guerra (...)

Para delinear as especificidades desta variante lusitana do fascismo continental, Jorge Pais de Sousa retoma e valoriza a definição de "fascismo de cátedra", proposta nos anos trinta pelo poeta e filósofo espanhol Miguel de Unamuno para definir o *Estado Novo*, na tentativa de superar o dualismo interpretativo entre aqueles historiadores (Torgal, Rosas, Collotti, Loff) que colocaram a tónica sobre as características plenamente fascistas do regime português, e outros investigadores que, na senda das taxionomias elaboradas pela politologia americana sobre o totalitarismo (Costa Pinto, Payne, Nolte, Gentile), o situaram no campo do tradicional autoritarismo. A obra não se exime, pois, à questão metodológica central do actual debate historiográfico, tendo o mérito de enfrentar uma contraposição que dividiu a historiografia portuguesa, no intento de fornecer uma abordagem original capaz de a superar, para libertar a pesquisa histórica da vinculação a um debate que se arriscava arrastá-la para uma linha morta.

Alberto De Bernardi

Universidade de Bolonha



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA DA CAPA

Carlos Costa

CAPA

Fotografia © Boletim da Legião Portuguesa.
No Ano XIV da Revolução Nacional, a 28 de Maio de 1939,
Salazar dirige-se para a tribuna para ler a “Palavra de Ordem”
às forças em parada da Legião Portuguesa.

PRÉ-IMPRESSÃO

Mickael Silva

TRADUÇÃO DO PREFÁCIO

Rita Marnoto

EXECUÇÃO GRÁFICA

www.artipol.net

ISBN

978-989-26-0020-8

DEPÓSITO LEGAL

337985/11

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal



C I I S I O
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO TERCULHO DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

© DEZEMBRO 2011, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O FASCISMO CATEDRÁTICO DE SALAZAR

DAS ORIGENS NA
I GUERRA MUNDIAL
À INTERVENÇÃO MILITAR
NA GUERRA CIVIL DE ESPANHA
1914-1939

PREFÁCIO DE ALBERTO DE BERNARDI

JORGE PAIS DE SOUSA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

À memória de Miguel Baptista Pereira,
exemplo de rigor e autenticidade na investigação.

As definições conceptuais exactas pertencem à lógica, não à história, onde tudo se apresenta em estado fluido, em contínuas combinações e mudanças. Os conceitos filosóficos e os conceitos históricos são de tipo e de origem essencialmente diferentes; os primeiros devem ser o mais possível nítidos e precisos; os segundos devem ser o mais possível fluidos e abertos.

Jacob Burckhardt

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	13	
INTRODUÇÃO	19	
I. A I GUERRA MUNDIAL E O ISOLAMENTO POLÍTICO DA REPÚBLICANA FRENTE EXTERNA IMPÕEM A DEFESA DAS COLÓNIAS AFRICANAS, PERANTE OS INTERESSES DOS IMPERIALISMOS COROADOS (1914)		23
O ENVIO DE TROPAS PARA COMBATER EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE	26	
O PRIMEIRO CONFLITO MILITAR MODERNO NA IDADE CIENTÍFICO-TÉCNICA	28	
A GUERRA COMO A CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA POR OUTROS MEIOS	30	
TRANSFORMAÇÕES NA PERCEPÇÃO DA REALIDADE POLÍTICA:		
A PSICOLOGIA DAS MULTIDÕES, A GUERRA PSICOLÓGICA E A PROPAGANDA	32	
A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA ATÉ À I GUERRA MUNDIAL	35	
A ESPANHA COMO AMEAÇA EXTERNA À SEGURANÇA DA REPÚBLICA	39	
A ACÇÃO DO DIPLOMATA SIDÓNIO PAIS EM BERLIM. NACIONALISMO E RESPEITABILIDADE	43	
2. A FRENTE INTERNA, O INTERVENCIÓNISMO DEMOCRÁTICO NA FLANDRES E A CONTRAMOBILIZAÇÃO SIDONISTA (1915-1918)		59
O COMBATE POLÍTICO CONTRA AFONSO COSTA E O PRP/PARTIDO DEMOCRÁTICO	66	
A REPÚBLICA LAICA E A REACÇÃO DOS INTELLECTUAIS UNIVERSITÁRIOS CATÓLICOS À LEI DA SEPARAÇÃO	73	
BELIGERANTES EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE E NEUTROS NA EUROPA	76	
A DITADURA COMISSARIAL DO GENERAL PIMENTA DE CASTRO E A MOÇÃO DE AFONSO COSTA “PRÓPRIA DE HOMENS QUE SABEM O QUE QUEREM E PARA ONDE VÃO”	79	
O “MILAGRE” DE TANCOS E A DECLARAÇÃO DE GUERRA DA ALEMANHA A PORTUGAL EM 1916	89	
A GUERRA DE PROPAGANDA CONDUZIDA PELO MINISTRO NORTON DE MATOS	94	
O 1.º GOVERNO DA UNIÃO SAGRADA, A CRISE SOCIOECONÓMICA E A GUERRA EM MOÇAMBIQUE	99	
AGRAVAMENTO DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL E DA SITUAÇÃO MILITAR, AFRICANA E EUROPEIA, NO 2.º GOVERNO DA UNIÃO SAGRADA	105	
A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA CATÓLICA NA FLANDRES	111	

A REVOLUÇÃO RUSSA E O FIM DA FRENTE ORIENTAL. O GOLPE DE ESTADO DEZEMBRISTA DE 1917	115
A DITADURA SOBERANA DO MAJOR DOUTOR SIDÓNIO PAIS	124
CARISMA, PROPAGANDA E CULTO DA PERSONALIDADE	132
A “CONVENÇÃO” DE 21 DE JANEIRO DE 1918 E A POLÍTICA DE CONTRAMOBILIZAÇÃO	142
A BATALHA DE LA LYS, OU O “ALCÁCER QUIBIR” CONTEMPORÂNEO	147
A CELEBRAÇÃO DO PODER SIDONISTA E O ABANDONO DOS PRISIONEIRO DE GUERRA. A MOTIVAÇÃO POLÍTICA PARA O ASSASSINATO DO “PRESIDENTE-REI”	154
AS ELITES, OS PARTIDOS SIDONISTAS E A TENTATIVA GOLPISTA	160
3. A NOVA ORDEM INTERNACIONAL, A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA CONFERÊNCIA DA PAZ E NA CRIAÇÃO DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. CONSTRUÇÃO REPUBLICANA DA MEMÓRIA DA GRANDE GUERRA, FACE À INSTABILIDADE GOVERNAMENTAL E À TENTATIVA GOLPISTA DO EXÉRCITO (1919-1926)	
O CULTO CÍVICO DO SOLDADO DESCONHECIDO, A CHAMA DA PÁTRIA E A COMISSÃO DOS PADRÕES DA GRANDE GUERRA	207
A LIGA DOS COMBATENTES, A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO E O JULGAMENTO DOS MILITARES DO 18 DE ABRIL DE 1925	218
4. A ONTOGÉNESE DO FASCISMO CATEDRÁTICO. A REPÚBLICA NOVA E A “FRONDA” IDEOLÓGICA TRAVADA NA FRENTE INTERNA PELOS INTELLECTUAIS MODERNISTAS E NACIONALISTAS	
A LITERATURA DE MEMÓRIAS DE GUERRA. O VANGUARDISMO FUTURISTA E A APOLOGIA DA DITADURA. O SENTIDO POLÍTICO DA ESTÉTICA MODERNISTA EM ALMADA NEGREIROS. O ANTIJUDAÍSMO DO POETA MÁRIO SAA	229
O PENSAMENTO ANTIDEMOCRÁTICO NA POESIA POLÍTICA E NA MILITÂNCIA SIDONISTA DE FERNANDO PESSOA	243
ANTÓNIO FERRO E A APRENDIZAGEM DAS “LIÇÕES” CATEDRÁTICAS, SIDONISTA E SALAZARISTA	255
A “CRUZADA” INTELLECTUAL DO UNIVERSITÁRIO P. DE MANUEL CEREJEIRA E A GÉNESE DO PILAR CATÓLICO DO FASCISMO CATEDRÁTICO	269
O PENSAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO DE SALAZAR, ENQUANTO CATEDRÁTICO ESPECIALISTA EM ECONOMIA DE GUERRA	276
A INFLUÊNCIA POLÍTICA DAS “LIÇÕES” DE SALAZAR NOS SEUS ALUNOS CIVIS E MILITARES	282
5. A AFIRMAÇÃO DO FASCISMO CATEDRÁTICO DE SALAZAR, DURANTE A DITADURA MILITAR E NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NOVO. A MOBILIZAÇÃO IDEOLÓGICA E A INTERVENÇÃO NA GUERRA CIVIL DE ESPANHA (1926-1939)	
A REPRESSÃO DO REVIRALHO REPUBLICANO E A ACÇÃO DO TENENTE ASSIS GONÇALVES DO BATALHÃO DE CAÇADORES 5, ENQUANTO SECRETÁRIO PESSOAL DE SALAZAR E OFICIAL DE LIGAÇÃO NO MINISTÉRIO DA GUERRA	310

A REJEIÇÃO DO REGRESSO À ORDEM CONSTITUCIONAL DE 1911 POR SALAZAR NO GOVERNO DE IVENS FERRAZ. A SEDUÇÃO DO MODELO FASCISTA INERENTE À VISITA OFICIAL DA OPERA NAZIONALE BALILLA A LISBOA EM 1929	319
O COMPROMISSO POLÍTICO DE SALAZAR COM AS FORÇAS ARMADAS, O ACTO COLONIAL E O INÍCIO DA PROGRAMÁTICA DITATORIAL SOBERANA	325
A UNIÃO NACIONAL COMO PARTIDO “TOTALITÁRIO NO EXERCÍCIO DO PODER”	336
A CONCEPÇÃO FASCISTA DE “STATO NUOVO” E A CONSTITUIÇÃO DE 1933	340
ANTÓNIO FERRO E A PROPAGANDA DA DITADURA MODERNA, CONCEBIDA POR SALAZAR COMO: “POLITICAMENTE SÓ EXISTE AQUILO QUE O PÚBLICO SABE QUE EXISTE”	349
A SACRALIZAÇÃO DA POLÍTICA NA RETÓRICA DA “INVISIBILIDADE” DE SALAZAR	354
A “POLÍTICA DO ESPÍRITO” DO SPN EXPRESSA NA OBRA DE JOÃO DE CASTRO OSÓRIO	359
A POLÍCIA DE VIGILÂNCIA E DEFESA DO ESTADO E A REPRESSÃO SALAZARISTA	366
O ANTIFASCISMO CATEDRÁTICO DE AURÉLIO QUINTANILHA E O “ESQUECIMENTO” EM HISTÓRIA	374
UM HOMEM EM “TEMPOS SOMBRIOS”	381
OS APARELHOS PARAMILITARES E DE ENQUADRAMENTO IDEOLÓGICO. A MOCIDADE PORTUGUESA	386
A LEGIÃO PORTUGUESA	391
A ORGANIZAÇÃO DA MISSÃO MILITAR PORTUGUESA E A INTERVENÇÃO DE SALAZAR NA GUERRA CIVIL DE ESPANHA	399
JORGE BOTELHO MONIZ E O COMANDO DA SECÇÃO DE COMBATE DOS VIRIATOS, OU A VITALIDADE POLÍTICA DO PILAR CASTRENSE DO ESTADO NOVO	411
O RECONHECIMENTO DOUTRINÁRIO E INSTITUCIONAL DA “DITADURA DE DOUTORES”	413
ENSAIO CONCLUSIVO	451
ANEXOS	471
GALERIA DE IMAGENS	501
FONTES E BIBLIOGRAFIA	527
ÍNDICE ONOMÁSTICO	551

PREFÁCIO

O magnífico livro de Jorge Pais de Sousa é, e quer ser, um livro que procede a uma investigação acerca do fascismo europeu na primeira metade do século XX, analisando-o sob uma perspectiva extremamente particular, a do salazarismo.

Como se sabe, se há um ponto de vista comum que caracteriza a reflexão historiográfica acerca dos fascismos feita nos últimos vinte anos, essa óptica diz respeito certamente ao posicionamento do fascismo — compreendido como movimento e ideologia de carácter internacional, para além das suas declinações nacionais específicas — no campo das revoluções do século XX. Fascismo e comunismo eram revoluções com uma fisionomia absolutamente nova relativamente a um passado não só remoto, como também próximo — bastará pensar nas revoluções nacionais liberal-democráticas oitocentistas — que encontravam o seu núcleo unificador numa estrutura organizativa comum de carácter totalitário. Essa estrutura organizativa, além de ser forjada no cerne da imensa tragédia colectiva da Grande Guerra, tinha alguns traços conotativos absolutamente evidentes, que se podiam resumir em algumas palavras: Estado, partido de massas, colectivismo, disciplina, hierarquia, controle social, incremento da produção.

Fascismo e comunismo representavam a concretização histórica da profecia de Orwell, segundo a qual o capitalismo tinha entrado num declínio irreversível — e com ele, poder-se-ia acrescentar, a democracia —, e o mesmo seria de esperar do socialismo, ou seja, de uma nova sociedade fundada sobre a efectiva realização da libertação dos homens, mas o futuro seria, pelo contrário, uma sociedade nova e original, baseada na planificação e na centralização. Não havia de ser nem democrática, nem capitalista, nem socialista, mas substancialmente totalitária, na medida em que o controle do espaço político e dos meios de produção seria unificado nas mãos de uma restrita elite de “organizadores do poder”. Obviamente, fascismo e comunismo autorepresentaram-se, historicamente, como antagonistas, e não há dúvida de que esses dois regimes se encontravam separados por profundas diferenças, que diziam respeito a pressupostos ideológicos e finalidades estratégicas. Esta constatação comporta, porém, a recusa de ter em linha de conta os muitos elementos que as revoluções totalitárias tiveram em comum, a ponto de serem susceptíveis, no plano da metodologia histórica, de comparação.

A essência programática desta nova ideia de revolução consistia em delinear um novo regime no qual o Estado e o partido único estivessem em condições de exercer um domínio total sobre a sociedade e a sua constante mobilização, em prol dos “últimos fins” enunciados pelo poder político e, sobretudo, pelo seu líder “carismático”. Um projecto que ia muito para além da “negação mais absoluta da liberdade”, segundo a conhecida definição de totalitarismo formulada por Hannah Arendt, e ambicionava fornecer uma saída para

aquela “preocupação obsessiva pelo declínio da sociedade” que tinha caracterizado a cultura europeia do início do século XX e que se podia descobrir quer na síntese ideológica — ao mesmo tempo elitista e populista, feita de comunitarismo integral, de activismo vitalista e de antimaterialismo espiritualista — própria dos fascismos, quer no estatatismo e no igualitarismo absoluto próprios do comunismo.

Entre as duas guerras, a ideia de revolução coincidiu largamente com esse mito político, que, para além das suas diferenças intrínsecas, homogeneizou profundamente os regimes impostos no ocidente e no oriente da Europa imediatamente a seguir à Grande Guerra — uma “política total”, capaz de drenar, em nome dos seus próprios e últimos fins, qualquer espaço autónomo da sociedade, anulando indivíduos e classes sociais, encerrando mercados, sistemas de consumo e forças produtivas no âmbito do controle planificado do Estado, o qual se tornou uma instituição radicalmente diferente do Estado-nação oitocentista, sobretudo porque articulado de modo inalienável com o partido político, o “grande pedagogo” depositário da ideologia e da memória pública, promotor da mobilização política de massas e muralha férrea do perímetro da cidadania e da inclusão social. A permeação da política, na relação entre Estado e cidadãos, entre administração pública e sociedade, transforma inevitavelmente as instituições públicas e a burocracia que as anima, redefinindo os seus objectivos e as suas funções, em correlação com a nova “racionalidade” à qual devem subjazer.

Em torno de duas ideias-força antagonistas, a classe e a nação, tomaram forma, entre as duas guerras mundiais, novos regimes políticos revolucionários que, apesar de diferenciados, em virtude desse antagonismo originário, pelas modalidades à luz das quais tentaram pôr em prática a sua matriz comum antidemocrática e anticapitalista, não escaparam ao desenlace totalitário implícito na sua ideologia, cujo fulcro consistia na mitificação de uma sociedade orgânica, inteiramente concentrada no partido-Estado ou no Estado-partido, capaz de atribuir um destino ao homem de massas moderno, “sem ligações sociais e sem objectivos”, para usar as palavras de Durkheim.

Nesta óptica, a representação do período entre as duas guerras como época caracterizada pelo choque entre revolução e contra-revolução, entre progresso e reacção, representados por comunismo e fascismo, em torno da qual se foi reunindo um grande número de trabalhos da historiografia democrática e antifascista europeia, até anos muito recentes, é um desvio de rota, porque essa historiografia não se tinha dado conta de que, nas trincheiras da Grande Guerra, se tinham inevitavelmente quebrado os elos entre revolução, progresso civil e libertação humana.

A revolução fascista serviu-se do falhanço do Estado-nação liberal como invólucro de um progresso infinito susceptível de inserir democraticamente as massas na vida pública, e que propôs às classes médias num estádio avançado de proletarização e ao mundo do trabalho uma alternativa fundada sobre o corporativismo planista, sobre a religião civil da nação guerreira e sobre o “estado ético”. Com as suas diversas declinações, este processo tanto é verdade na Itália de Mussolini como na Alemanha de Hitler, mas também no Portugal de Salazar — conforme o puseram em evidência, recentemente, as investigações de Fernando Rosas e de Luís Reis Torgal — ou na Espanha de Franco.

Se de facto foi Mussolini a ligar pela primeira vez, na Itália do pós-guerra, revolução e totalitarismo, esse novo fenómeno político apoderou-se largamente da esfera pública europeia nos anos trinta, mesmo quando não teve a força política necessária para chegar ao poder.

Mas se o termo totalitarismo tinha sido cunhado, de modo profético, por Mussolini, a “sedução totalitária” que atravessou a Europa na primeira metade do século XX não foi uma

invenção do professor primário nascido em Predappio. Afundava as suas raízes na Grande Guerra e nas profundas transformações que tinha gerado na consciência profunda da Europa.

O ano de 1914 era a data de nascimento daquela “idade das tiranias” denunciada com tanta força dramática por Elié Halevy, pouco mais de um vinténio depois. Naquela guerra, de facto, foram pela primeira vez experimentadas não só armas, como hoje se diria, de “destruição em massa”, mas sobretudo foram alcançados os resultados genocidas da racionalidade técnica, que andavam associados à ideologização do conflito e à desumanização do inimigo. Caía nas trincheiras o *Jus publicum europaeum*, aquela complexa construção jurídica e institucional que tinha tentado regulamentar a guerra, transformando-a num negócio entre Estados, entre *hostes* legítimos e dignos, libertando-a de qualquer contaminação com a guerra civil, a mais injusta das guerras, na qual o inimigo era confundido com o criminoso, e guerra e política se sobrepunham e coincidiam, perigosamente. O espectro da guerra do povo já evocado pela Revolução Francesa, na qual a enorme potência das massas armadas tinha sido lançada contra os inimigos, não em defesa da honra dinástica, mas em nome da “verdade” da nação, isto é, do fundamento ideológico da sua identidade, reemergia na guerra de massas moderna. Nela, os povos nacionalizados pelos Estados-nação eram postos ao serviço de uma guerra “de extermínio”, não só pela potência de fogo de que era possível dispor, como também pelas implicações ideológicas que nessa capacidade ficavam contidas, daí decorrendo a destruição sistemática do inimigo e a sua negação enquanto indivíduo.

A repetida insistência na sobreposição do inimigo com o criminoso assinalava, como o observou com grande lucidez Ernst Jünger na sua obra *Die Totale Mobilmachung. Betrachtungen zur Zeit* (*A mobilização total. Considerações sobre o tempo*), a morte do Estado moderno e o nascimento de uma nova ordem política. Uma tal ordem criou dentro de si a dialéctica entre amigo e inimigo, não só submetendo a política à assunção da brutalidade da guerra, enquanto seu monograma constitutivo, mas sobretudo ao fundar a cidadania sobre a exclusão de quantos, por motivos raciais, de classe ou de etnia, perdiam a sua conotação de cidadãos para serem reduzidos a “menos-que-homens” sobre os quais era possível desencadear políticas de anulação e de negação.

O totalitarismo encontrou nesse processo um dos seus mais sólidos esteios, porque na sua mais profunda essência todos os regimes que pertenceram a esse campo político surgem fundados sobre a prossecução daquela guerra geral externa, dentro de cada estado nacional. A nova ordem fascista e comunista, imposta pela acção abertamente violenta de partidos de massa fortemente ideologizados, pressupunha a individuação e a destruição de um inimigo interno, acusado de ser uma ameaça permanente para aquela ordem, ou antes, a sua negação viva, que devia ser removida eliminando a sua própria existência física. O *Gulag* e o *Lager* representaram as consequências extremas de um processo político nascido da experiência traumática da guerra mundial.

As relações entre Grande Guerra e totalitarismo fascista, porém, não se ficam por este estádio. Continuando a explorar a pista deixada por Jünger, a nova ordem resultante da guerra recuperava como recurso político permanente a “mobilização total” da sociedade que o conflito mundial tinha promovido, em cada um dos Estados beligerantes, como condição iniludível para poder suportar o esforço bélico. A guerra alimentou estes dois aspectos da mobilização que depois iriam reemergir, apesar de terem um sinal diverso no contexto totalitário. De facto, neste ponto, a “mobilização total” teria constituído o instrumento através do qual se realizava a integração forçada das massas no Estado, isto é, a sua arregimentação de cariz militar nas novas organizações políticas, levando-as a aderir,

constantemente, aos mitos políticos dos regimes totalitários, através de uma sofisticada mimese da participação política, que previa um ritual muito articulado de concentrações de massas (as *adunate oceaniche*), de peregrinações políticas aos lugares sagrados da nova religião civil, de paradas de tipo militar, de assembleias de partido e, sobretudo, de momentos de encontro e de “fusão emotiva” entre as massas e o *Capo* da revolução.

A esta nova ordem totalitária, as velhas elites reaccionárias ou liberal-conservadoras de todos os países europeus foram-se acomodando com um entusiasmo variável, mas contudo indiscutível, porque nela podiam recolocar algumas das finalidades da sua velha ordem, como a luta contra a democracia e o movimento operário, ou a tutela da propriedade privada (mesmo se ameaçada pelas formas mais radicais do dirigismo corporativo e planista). Mas a perda progressiva, apesar de irreversível, do controle da esfera política, em prol das novas classes médias fascizadas, e o domínio crescente do poder político sobre a economia, subtraíam às classes dirigentes tradicionais — com um grau de diferenciação variável, nos diversos países, consoante o grau da força do poder político e dos níveis de desenvolvimento dos diversos sistemas económicos — qualquer instrumento e qualquer possibilidade de modificar, a seu favor, ou mesmo de revogar, o compromisso originário, na base do qual os fascismos tinham podido ascender ao poder: a permanência de um Estado-polícia dentro do Estado totalitário ou a estreita colaboração entre grandes empresas e regime não devem servir de véu à circunstância de que a “sociedade sem classes” totalitária é profundamente diversa de um sistema autoritário classista tradicional, e que na economia corporativa e estatista, dentro da qual as distinções entre público e privado estavam tendencialmente destinadas à dissolução, a burguesia podia sobreviver como classe proprietária, mas não como classe dirigente. Enquanto grupo social que traduzia um “interesse”, havia de ser integrada nos aparatos político-burocráticos e administrativo-empresários, aos quais era solicitada a gestão dos processos produtivos. E este fenómeno pode-se também identificar em regimes, como o salazarismo ou o franquismo, que uma vulgata politológica, largamente devedora às ciências sociais desenvolvidas nos Estados Unidos imediatamente a seguir à segunda guerra, se recusou a colocar no campo totalitário. Também neste caso, de facto, a dimensão de “destino nacional”, progressivamente assumida por estes regimes, a gradual identificação da legitimidade com o poder político e a sobreposição entre cidadania e pertença identitária à ideologia de Estado, num mesmo quadro de baixa utilização da violência política, tornava absolutamente circunscrito à dimensão variamente poliárquica de qualquer totalitarismo, o espaço de acção dos “flanqueadores”, fossem eles a Igreja católica ou os poderes económicos.

Deste ponto de vista, o próprio estudo do corporativismo assume uma nova perspectiva, muito para além dos velhos estereótipos da “casca vazia” ou do mero instrumento nas mãos da grande burguesia. Como em Itália o puseram em evidência os recentes estudos de Santomassimo, Gagliardi, Ornaghi, Pasetti e, em Portugal, a monumental pesquisa de Reis Torgal, a procura da “terceira via” entre comunismo e capitalismo, entre economia de mercado e planismo bolchevique, constitui um nó crucial que permite medir a distância progressiva entre o fascismo e o sistema liberal-capitalista da Europa ocidental, por um lado, e, por outro, as transformações económicas e sociais que estes regimes introduziram no tecido estrutural desses países.

Este conjunto de referências e de questões históricas, que aqui foi sumariamente apresentado, serve de pano de fundo ao trabalho de Jorge Pais de Sousa, que logo a partir do seu título delinea as suas finalidades interpretativas e as suas chaves metodológicas de leitura. A investigação incide sobre um período particularmente fecundo da historiografia

portuguesa acerca do regime que dominou quase inteiramente a sua história do século XX. Num quadro de atenta reconstrução da vida política nacional, em cujo âmbito se tem vindo progressivamente a consolidar a afirmação de Salazar e do seu regime político, é de maneira convincente que o autor estabelece uma relação entre a afirmação do fascismo, em Portugal, e as rupturas epocais produzidas pela Grande Guerra, apesar da escolha de neutralidade feita pelas suas elites políticas. Não é, de facto, por acaso, que a elaboração teórica do futuro ditador, que o levou a assumir um papel significativo na cena política, decorreu dos seus estudos sobre a economia de guerra.

A solução autoritária lusitana inscrevia-se, portanto, no mesmo clima que levou à afirmação do fascismo em Itália e à progressiva hegemonia dos movimentos fascistas relativamente à direita radical na Alemanha e na França. As particularidades ideológicas do salazarismo, as modalidades históricas específicas através das quais o professor de Coimbra assumiu o poder, as finalidades do regime e até a própria personalidade do ditador, tão distanciada da *leadership* carismática, na forma como se reconhecia, não constituem, para Jorge Pais de Sousa, elementos suficientes para colocar a experiência do salazarismo fora da história dos fascismos europeus.

Para delinear as especificidades desta variante lusitana do fascismo continental, Pais de Sousa retoma e valoriza a definição de “fascismo de cátedra”, proposta nos anos trinta pelo poeta e filósofo espanhol Miguel de Unamuno para definir o *Estado Novo*, na tentativa de superar o dualismo interpretativo entre aqueles historiadores (Torgal, Rosas, Collotti, Loff) que colocaram a tónica sobre as características plenamente fascistas do regime português, e outros investigadores que, na senda das taxionomias elaboradas pela politologia americana sobre o totalitarismo (Costa Pinto, Payne, Nolte, Gentile), o situaram no campo do tradicional autoritarismo. A obra não se exime, pois, à questão metodológica central do actual debate historiográfico, tendo o mérito de enfrentar uma contraposição que dividiu a historiografia portuguesa, no intento de fornecer uma abordagem original capaz de a superar, para libertar a pesquisa histórica da vinculação a um debate que se arriscava arrastá-la para uma linha morta.

Um esforço louvável, portanto, que merece ser assinalado como um contributo significativo para o debate sobre os fascismos europeus.

Alberto De Bernardi
Universidade de Bolonha